

VALORAÇÃO CONTINGENTE DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA CIDADE DE ANÁPOLIS GOIÁS “COLÉGIO ESTADUAL ANTENSINA SANTANA”

CONTINGENT VALUATION OF THE HISTORICAL HERITAGE OF THE CITY OF ANÁPOLIS GOIÁS ‘COLÉGIO ESTADUAL ANTENSINA SANTANA’

Joana D'arc Bardella Castro

 <http://lattes.cnpq.br/8583382182237707>

 <https://orcid.org/0000-0002-3048-3483>

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Goiás e Mestrado em Economia de Empresas pela Universidade Católica de Brasília. Doutorado em Economia pela UnB. Pós-doutorado na UnB. Atualmente é professora titular da Universidade Estadual de Goiás UEG.

Dalvani Alves de Oliveira

 <http://lattes.cnpq.br/5769037467496405>

 <https://orcid.org/0000-0002-6755-357X>

Possui graduação em Pedagogia e Administração Escolar pela Associação Educativa Evangélica Faculdade de Filosofia do Vale São Patrício. Pós: Métodos e Técnicas de Ensino - Universidade Salgado de Oliveira.

Resumo:

O método Valoração Contingente (MVC) é utilizado para estabelecer o valor de um bem ou serviço que não faz parte do mercado tradicional. Para realizar essa valoração, é necessário estabelecer para quem ou para o quê este “item” ou “objeto” é importante. O MVC é construído por meio de situações hipotéticas e de entrevistas, nas quais as pessoas emitem suas opiniões sobre fatos que lhes são apresentados. Existem apenas duas formas específicas de se coletar informações a respeito de quanto se tem de disposição a pagar ou a receber. Considerando isso, este estudo propõe definir o valor do patrimônio histórico “Colégio Estadual Antensina Santana” por meio da disposição de pagar (DAP). Para isso, perpassa a história do surgimento da cidade de Anápolis para correlacionar a importância deste patrimônio histórico, adotando um caráter de pesquisa bibliográfico, documental e de campo (por meio de entrevistas). Os resultados da pesquisa apontam para uma DAP média de R\$ 12,13 por pessoa para a manutenção do prédio do “Colégio Estadual Antensina Santana”, a expectativa é que com o valor mensal de R\$ 1.096.624,78, ou anual de R\$ 13.159.497,36 sirva de reflexão para possíveis ações públicas a favor da conservação do patrimônio histórico.

Palavras-chave: Valoração Contingente. Patrimônio. Valor.

Abstract:

The Contingent Valuation (MVC) method is used to establish the value of a good or service that is not part of the traditional market. To carry out this valuation, it is necessary to establish for whom or for what this "item" or "object" is important. The MVC is built through hypothetical situations and interviews, in which people express their opinion about what is presented to them, and there are two specific ways to collect information about how much they are willing to pay or to receive. Considering this, this study proposes to define the value of the historical heritage “Colégio Estadual Antensina Santana” through the willingness to pay (DAP). For that, it goes through the history of the emergence of the city of Anápolis to correlate the importance of this historical heritage, adopting a character of bibliographic, documentary and field research (through interviews). The survey results point to an average and DAP of R \$ 12.13 per person for the maintenance of the “Colégio Estadual Antensina Santana”

building, the expectation is that with the monthly amount of R \$ 1,096,624.78, or annually R \$ 13,159,497.36 serves as a reflection for possible public actions in favor of the conservation of historical heritage.

Keywords: Contingent Valuation. Patrimony. Value.

INTRODUÇÃO

Quanto vale um Patrimônio Histórico? A discussão do valor de bens e/ou serviços sem olhar pela perspectiva do mercado tradicional é um desafio para os estudiosos da área. Ao longo dos anos, foram estabelecidos diversos métodos de valoração, e é considerando um desses métodos que o presente trabalho se propõe a realizar a valoração do prédio onde funciona o Colégio Estadual Antensina Santana, que foi tombado como Patrimônio Histórico da cidade de Anápolis. Para definir o valor desse patrimônio, que não possui mercado específico, será utilizado o Método de Valoração Contingente (MVC).

Os termos preço e valor estão intrinsicamente ligados ao campo de estudo da economia; o preço numa definição mais simplista é a estimativa de venda de um produto ou serviço com base na oferta e procura. Já o valor, é subjetivo, transcende as regras de mercado, perpassa pelas preferências individuais, ou seja, quanto a pessoa está disposta a pagar por determinado produto ou serviço? O MVC utiliza de técnica baseada em questionários para estabelecer o valor do bem, e de acordo com Castro e Nogueira, (2019, p.38) “O desafio do MVC está em ajustar o que todas as pessoas pensam e produzir um valor que as represente.”

Esta pesquisa pretende estabelecer um provável valor do patrimônio e não somente do imóvel e, com isso, fornecer, aos órgãos públicos e gestores responsáveis, informações que funcionem como uma forma de orientação na tomada de decisões para a manutenção deste patrimônio histórico e que, como tal, não pode ter o seu valor estabelecido pelos critérios do mercado, venal e de venda, pois um patrimônio histórico é muito mais que um espaço físico composto por uma construção de tijolos, madeira e telhas. Por isso, é que esta investigação se pauta em dados que refletem o valor manifestado pela sociedade que está direta e indiretamente relacionada ao imóvel.

Nesta pesquisa, encontramos pessoas que podem afirmar que o imóvel não tem valor pela sua importância na história da cidade; outras entendem que se trate de um prédio velho, e que não vale a pena investir dinheiro para conservar. E assim, quando estabelecemos o quanto as pessoas estão dispostas a pagar (DAP) para a manutenção do prédio, com certeza temos informações diversas de valor, de competência e de responsabilidade pela manutenção dele. Os resultados foram obtidos por meio da média aritmética dos lances ofertados pela população.

No intuito de apresentar resultados mais completos, e considerando o método selecionado (MVC), esta investigação conta com os procedimentos de pesquisa, como o bibliográfico e documental, e a pesquisa de campo, realizada por meio de entrevistas.

O objetivo deste trabalho, portanto, é que a partir deste valor de manutenção definido após aferidos todos os dados propostos, seja possível servir de subsídio aos órgãos e gestores responsáveis pela conservação e manutenção do patrimônio histórico na tomada de decisões.

1.1 O Método de Valoração Contingente

Para abordar o tema valoração, é necessário perpassar, mesmo que de maneira superficial, pela economia, área que tematiza os preços e valores que a sociedade e os mercados atribuem a determinados itens. Para definir o valor de algo, é necessário entender como o bem ou produto é construído, qual importância que ele possui para as pessoas e para o mercado e como se dá sua oferta. Para definir o valor de algo tangível, utilizável e passível de ser comercializado, necessariamente, o que se segue é a lei básica de mercado: a lei da oferta e procura. Quando se quer atribuir, estimar ou apurar o valor de algo diferente do que está à disposição no mercado, é necessário primeiro esclarecer que bem é este: se é raro; qual a sua utilidade; quais as circunstâncias ou em qual quesito será avaliado; e, ainda, para quem este “item” ou “objeto” de avaliação é importante.

A definição de que “o valor não é próprio do bem ou serviço, mas é algo dado a esse bem ou serviço pela percepção dos indivíduos” (CASTRO e NOGUEIRA, 2019, p.17), contribui para o direcionamento deste estudo, pois é este o viés da ideia central nesta discussão, isto é, a de que valor atribuído a um bem ou serviço não é o mesmo para todos os membros de uma comunidade avaliada. Centeno (2017) publicou um trabalho sobre a economia da cultura onde discorre sobre o valor ser imensurável e sua utilidade estar no intangível, é a expressão de seu ofertante e de seu produtor.

Avaliar um bem, um produto ou serviço que não perpassa pela Lei de mercado, que é tão claramente discutida e estudada pela área da economia, tem se apresentado como um desafio aos estudiosos. Isso porque, atribuir valor a algo significa verificar qual a importância lhe é conferida e desta forma tentar contribuir para que definições de questões necessárias para a manutenção do bem ou produto sejam tomadas, com embasamento técnico. Para proceder a avaliação é necessário definir categorias como: o quê? Como? Por quê? Importância? E entre outros critérios que podem ser estabelecidos ao longo do processo.

Consideremos uma situação comercial em que o bem material seja um prédio. Após serem definidos os critérios básicos do que se procura saber, é necessário se pautar em referências de comércio, oferta e demanda, localização, área construída, tipo de construção, conservação, utilização, etc. Estabelecidos os parâmetros mínimos ou máximos, será possível definir o seu valor de mercado.

Quando a “edificação” não é comercial, mas sim um patrimônio histórico, o viés da avaliação é outro, pois o valor a ser estabelecido não leva em conta apenas o “material”, mas também o que ele representou para a comunidade da época, os conceitos, os conhecimentos arquitetônicos, as definições de beleza e funcionalidade, que na atualidade podem divergir, em partes ou plenamente.

Para proceder a esse tipo de avaliação, existem muitos aspectos importantes a serem considerados. Perguntas como o porquê e para que avaliar, além do questionamento sobre a disponibilidade dos métodos para avaliar o material e o imaterial devem estar presentes nas discussões. Este trabalho opta por utilizar uma técnica que se fundamenta na utilização de questionários para estabelecer o provável valor do patrimônio histórico, que é denominada de Método de Valoração Contingente (MVC). “Um passo decisivo para a difusão do método de Valoração Contingente foi dado nos Estados Unidos quando o CERCLA - Comprehensive Environmental Recovery, Compensation and Liability Act- reconheceu explicitamente o método” (MATHIEU, 2000, p. 2), este é um método, relativamente novo, pois a sua utilização foi mais amplamente difundida entre 1970 e 1980.

De acordo com Castro e Nogueira (2019), este método instiga “o imaginário dos indivíduos que, ao serem abordados, pensam sobre o cenário que lhes é apresentado e o problema existente. Isso estimula o pensamento em dar valor aquilo que imaginavam não ter” (CASTRO e NOGUEIRA 2019, p. 37). Este método passa, necessariamente, por estratégias diferentes das estabelecidas no mercado. A utilização de questionários que estimulam o entrevistado a manifestar seus critérios pessoais diante do objeto de pesquisa, como quanto ele estaria disposto a pagar ou a receber por algum quesito, proporciona situações em que podemos ver a supervalorização ou a depreciação do que é apresentado.

Ainda de acordo com Castro e Nogueira (2019), o MVC surgiu no início da década de quarenta, com a necessidade de mensurar quanto custavam os benefícios da redução de assoreamento. Entretanto, essa ideia inicial não foi colocada em prática. Anos depois, em 1963, ela foi utilizada para definir o valor de recreação de caçadores e visitantes no bosque de Maine (EUA). E este método tem como base a teoria do consumo, que é uma sub-área de estudo da Economia.

Estabelecer métodos eficazes para atribuir valor a bens, produtos ou serviços não comerciáveis foi, é, e continua se apresentando como um desafio para os estudiosos que se propõem a esse objetivo. Entretanto, de acordo com Haab e McConnell (2002, p. 20) “[...] nos últimos as técnicas de preferência declarada tornaram-se mais aceitas”. Na medida do estabelecimento do que se quer valorar, os pesquisadores, ao longo dos anos de estudos, foram utilizando e definindo os métodos mais eficazes e elencando quais as fragilidades de suas aplicabilidades. Atualmente, já é possível optar por um ou outro método já testado.

O MVC é construído por meio de situações hipotéticas e por meio de entrevistas, nas quais a pessoa emite a sua opinião sobre o que lhe é apresentado. Existem duas formas específicas de se coletar essa informação, que é quanto se tem de disposição de pagar (DAP) pelo bem ou serviço ou Disposição a Receber Compensação (DAC) pelo bem ou serviço. Ao estruturar a pesquisa, o estudioso deve ter claro o que deseja obter, e para tanto, deve apresentar o cenário ao entrevistado de forma clara e objetiva, atentando para qual o perfil dos entrevistados.

Por exemplo: qual o valor de um passeio pelo Rio Madeira? Quanto vale o Museu do Louvre? Em qualquer uma dessas duas perguntas, o que se quer saber não corresponde a um valor material, mas sim a um valor representativo. Para estabelecer esse tipo de valor, é necessário escolher um método que possibilite chegar a um resultado que apresente o que os entrevistados pensam e resultar em um valor que os representem. Imagine a primeira pergunta sendo feita a uma pessoa com pouquíssimo conhecimento geográfico, que não sabe a localização e nem os afluentes de determinado rio, e tampouco a importância desse rio para as comunidades ribeirinhas, já a segunda pergunta para uma pessoa que não sabe absolutamente nada sobre esse museu. É fundamental estabelecer um público a ser entrevistado que represente as diversidades culturais e financeiras existentes.

O público deve ser diversificado para representar uma comunidade heterogênea de pessoas entrevistadas. Essa abrangência pode até mesmo incluir pessoas que não conheçam o bem ou serviço objeto da avaliação, entretanto, se houver predominância de determinado seguimento, isso abre a probabilidade de se obter um resultado impreciso.

As dificuldades em aplicar o MVC são variadas. Castro e Nogueira (2019) citam as mais referenciadas na literatura, a saber:

O viés estratégico: ocorre por não apresentar de forma clara o objeto de pesquisa, o que se pretende com DAP; o ponto inicial: se ao definir o questionário o pesquisador elaborar questões que possam influenciar a resposta do entrevistado; e o voto de protesto o que ocorre quando o entrevistado se

manifesta contra algum aspecto do item a ser avaliado. (CASTRO e NOGUEIRA, 2019, p. 42).

Para buscar a definição de quanto se paga por algo, isso depende do nível de conhecimento que se tem do produto, além de ser necessário uma apresentação neutra e objetiva do “item” avaliado, tomando o cuidado para não direcionar a avaliação, pois uma apresentação tendenciosa também pode alterar o resultado final do trabalho.

Na literatura da área, podemos encontrar várias fundamentações e trabalhos publicados que podem servir de orientação no trabalho de MVC e no estabelecimento da DAP da DAC. Andrade (2011) apresentou trabalho sobre Valoração, perpassando na explanação pelos diversos métodos de valoração. Este estudo pretende fazê-lo, a partir de entrevistas e pesquisa a respondentes, no intuito de definir qual a DAP para um imóvel da cidade de Anápolis que foi tombado como patrimônio histórico.

1.2 A Cidade de Anápolis

Para descrever a história da cidade, utilizo informações que constam na página oficial do município, como o fato de que seu surgimento remonta ao século XVIII e que, por estar localizada nas proximidades de vários rios, a região logo se tornou um ponto de descanso e/ou referência na viagem de garimpeiros, quando estes se deslocavam para os garimpos de ouro do Rio Meia Ponte em Pirenópolis, Corumbá de Goiás, Santa Cruz, Bonfim em Silvânia e Vila Boa na Cidade de Goiás. Nessas viagens, alguns iam se fixando às margens do Rio das Antas, que eram conhecidas como a Freguesia de Santana das Antas e que, a partir de onde, em 15 de dezembro, de 1887, o Governo do Estado de Goiás por meio da Lei n. 811, elege a categoria de Villa a Freguesia de S. Anna das Antas, por meio da Lei nº 320, de 31 de julho de 1907, passou à categoria de Cidade, com o nome de Anápolis.

Existem vários relatos romanescos sobre o surgimento da cidade. A historiadora Ramos (2013) apresenta uma versão interessante. Ela nos conta que, por volta de 1870, uma senhora chamada Dona Ana das Dores Ramos, membro importante da sociedade na época, viúva do Capitão Gomes Pereira Ramos, que residia na cidade Jaraguá, saiu em viagem para a cidade de Bonfim, atualmente Silvânia, e em sua bagagem ela levava a imagem de sua santa de devoção: Sant'Ana.

Como era comum à época, e por ser um deslocamento longo, pois entre Anápolis e Jaraguá existe uma distância de aproximadamente cem quilômetros, a viagem era via de regra realizada por meio de tropa de burros, sendo necessário fazer uma parada para pouso na fazenda do Senhor Joaquim Rodrigues dos Santos, que era utilizada para pouso de tropas. No dia

seguinte, os empregados, ao organizarem o prosseguimento da viagem, ao fazerem as paradas de burros deram por falta de um. Após longa procura, o encontraram deitado com a carga que transportava, em vão tentaram levantá-lo e, diante da incapacidade do burro em levantar, tentaram tirar a carga do seu lombo, ninguém conseguiu, e face ao fato estranho buscaram a Dona Ana das Dores que, ao se dirigir ao local, foi acompanhada pelo Sr. Joaquim e sua família.

Dona Ana ao abrir a bagagem e ver a imagem de Sant'Ana, lembrou-se de uma promessa à Santa de construir uma igreja para ela e que ainda não havia cumprido por não ter encontrado o lugar. O momento foi de comoção por todos os presentes que ajoelharam e novamente Dona Ana renovou a promessa. Nesse instante, a carga voltou ao peso normal, foi retirada, o animal se levantou e o fato foi interpretado como milagre e, com isso, o desejo da Santa de ali permanecer. O Sr. Joaquim doou terras a ela para que a igreja fosse construída, e naquele mesmo ano o filho de Dona Ana, o Sr. Gomes de Sousa Ramos, deu início à construção da Capela prometida.

O município de Anápolis está situado na região centro-oeste do Brasil, no Estado de Goiás, na mesorregião do Centro Goiano. Fica entre duas capitais, a do país, Brasília, e a do Estado, Goiânia. É um entroncamento de três rodovias federais, a BR-153, a BR-060 e a BR-414, e de duas rodovias estaduais a GO-330 e a GO-222. Isso constitui uma posição geográfica favorável ao desenvolvimento econômico e social, e do ponto de vista logístico facilita o escoamento de produção para qualquer parte do país, devido a sua centralidade geográfica.

A localização no centro do país rendeu à cidade alguns privilégios para o seu desenvolvimento. Desde a sua efetiva criação, em 1887, a base da economia da cidade foi a produção agropecuária, entretanto, o governo estadual, como política de industrialização do Estado em 09 de novembro de 1976, inaugura o Distrito Agro Industrial de Anápolis (DAIA). Contudo, sabe-se que o simples fato de criar ou construir algo não define o sucesso, são necessárias diversas ações adjacentes, para garantir que ocorra a efetivação do que se cria e nos anos seguintes ações foram sendo aplicadas, como incentivos fiscais: implantação do Polo Farmacêutico e do Porto Seco da região Centro Oeste, dentre outras, o que possibilitou um crescimento na economia de Anápolis e de Goiás. (BRITUS, 2016).

Este crescimento econômico impulsiona outras áreas, como educação, saúde, segurança, etc., pois a indústria necessita de mão de obra especializada. Essa necessidade oportunizou a implantação de diversas instituições de ensino superior no município e este é um crescimento de efeito dominó. A centralidade da cidade em relação ao país foi o principal quesito para escolha da cidade pelo Ministério das Forças Aéreas e para a construção e instalação da Base Aérea na década de 1970.

Essas questões trazem como consequência diversos desafios aos gestores públicos das esferas Federais, Estaduais e Municipais para manter o crescimento e traçar políticas públicas assertivas. Os dados apresentados pelo site Atlas Brasil (2010) especificam que a área da cidade é de 924,06 Km², que o IDHM em 2010 era de 0,737, e que a população era de 334.613 hab.

O índice de Gini é utilizado para medir a concentração de renda, e aponta a diferença entre os mais pobres e os mais ricos; varia de 0 a 1, onde o “0” é a total igualdade e o “1” a completa desigualdade. Os dados do Atlas Brasil sobre esse índice aplicado em Anápolis apontam que em 2000 o número era de 0,56, e em 2010 era de 0,50 e, portanto, houve uma melhor distribuição de renda ao longo dos anos.

Apresenta ainda que, em 2010, os dados da população de 18 anos ou mais eram de que 69,1% da população era economicamente ativa “ocupada”; 24,7% da população era economicamente ativa “desocupada” e apenas 6,2% da população era economicamente “inativa”. Esses são dados considerados economicamente positivos. Outro dado que vale a pena ser destacado sobre a cidade é que, em 2010, os índices de alfabetização da população de 25 anos ou mais de idade apresentavam um percentual de 7,32% de analfabetos, 55,94% tinham o ensino fundamental completo, 39,23% possuíam o ensino médio completo e 11,49%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27% e, portanto, pode-se depreender que o nível de alfabetização da população anapolina em relação ao país é bom, pois quanto ao nível de ensino fundamental é superior ao índice nacional, no de analfabetos é inferior e nos demais a diferença é pequena.

1.3 Patrimônio histórico e sua constituição

O Planalto por meio do Decreto Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, especificamente em seu Art. 1º, podemos ver qual é a definição de patrimônio histórico:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 216, altera o conceito de patrimônio para:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
I - as formas de expressão;

- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Quando se trata de patrimônio histórico, de acordo com Fonseca (2008), existem duas questões a serem consideradas. Uma delas é que se trata de um símbolo de criação artística e essência de inteligência ou sinal de identidade de uma coletividade; a outra é que a sua existência contribui para um efeito mais permanente de valor cultural, coisa que as artes cênicas, por exemplo, não sustentam, esgotando a si mesmas. Para ilustrar, pensemos na encenação das cavalhadas de Pirenópolis, que termina assim que a apresentação se esgota. Um exemplo diferente é o da produção de livros, que podem ser reproduzidos e que não se esgota ao terminar a edição, já que ele está disponível e serve de propagação do que foi escrito. Nesse sentido, o “patrimônio histórico representa uma criação cultural com caráter acumulado, que existe com uma perspectiva histórica ou com um sentido de herança, donde não cabe pensar em reprodução, porque constituem objetos únicos” (FONSECA, 2008, p. 4).

O valor de um patrimônio histórico perpassa pelo nível de conhecimento e importância atribuídos pela comunidade, e transcende o valor material que se resumiria em entender aquele imóvel como apenas um terreno. A construção, o projeto arquitetônico, neste caso, carrega na avaliação questões que decorrem do emocional.

2. O MÉTODO DA PESQUISA

2.1 Localização do Estudo - Objeto de avaliação: Prédio do Colégio Estadual Antensina Santana

O bem a ser avaliado é um prédio que foi tombado como patrimônio histórico da cidade e trata-se do imóvel onde se instalou a primeira escola no município de Anápolis. Até a presente data, o prédio continua funcionando como escola. De acordo com documentos oficiais do Colégio, a Unidade teve quatro denominações ao longo de sua existência. O primeiro nome foi Grupo Escolar Dr. Brasil Caiado (1926), depois passou a ser Grupo Escolar 24 de Outubro (1930), o terceiro, Grupo Escolar Antensina Santana e, por fim, Colégio Estadual Antensina Santana.

Anápolis por meio da Lei Municipal n. 151 de 1923 estabeleceu a criação de um grupo escolar na cidade. De acordo com a Lei n. 631, de 02 de agosto de 1918, o governo estadual pagaria ao governo municipal a metade das despesas com a construção do prédio escolar (Art.

23). Em contrapartida, o governo municipal deveria doar para o Estado o prédio destinado ao grupo escolar. No dia 16 de setembro de 1925, foi lavrada a escritura pública de doação do imóvel destinado ao grupo escolar do Estado de Goiás. A Unidade Escolar funcionou em dois lugares, o primeiro foi inaugurado em 1926, e era situado na Praça Moisés Santana (atual Praça das Mães), na Rua Desembargador Jayme, a fachada do então “Grupo” aparece na Figura 1.

Figura 1 – Fachada do Grupo Escolar Dr. Brasil Caiado.



Fonte: Museu Histórico de Anápolis.

O segundo lugar de funcionamento da Unidade Educacional foi construído em 1945 ao lado da igreja matriz de Anápolis, a Igreja Santana. Parte do prédio possuía apenas um pavimento e a outra parte dois pavimentos. A instalação não possuía um jardim frontal e nem mesmo grandes muros, mas foi reconhecido como um dos mais importantes e imponentes da cidade. A fachada foi feita em estilo Art Déco, e a Figura 2 nos permite uma análise mais detalhada da frente. Situada na Praça Santana, em um lote de esquina com as ruas Arinesto de Oliveira Pinto (atual Rua Desembargador Jayme), e a Barão do Rio Branco. A entrada principal fica na rua Desembargador Jaime que é uma rua de mão única e, além de contar com um ponto de ônibus na calçada do prédio, fica próxima às vias de maior fluxo de veículos do setor central, a saber: Av. Goiás e Av. Brasil. As construções no entorno têm predomínio de comércios, poucas residências e algumas empresas prestadoras de serviço. Isso de acordo com Abreu e Souto (2015).

Figura 2 – Fachada do Grupo Escolar Antensina Santana.



Fonte: <http://colegioantensina.blogspot.com.br/p/historico-da-criacao.html>

O trabalho das pesquisadoras Abreu e Souto (2015) sobre a criação e implantação de grupos escolares nos apresenta que, na época, havia definições legais sobre a estrutura física de uma unidade escolar as quais estavam expressas no Decreto n. 10.640, de 10 de fevereiro de 1930. Abaixo, alguns recortes dessas definições:

[...] os grupos deveriam ser construídos em forma de H, I, L ou T. completamente isolados de outros edifícios e possuir apenas um pavimento.
[...] Grupo Escolar Antensina Santana foi construído em forma de W, mas ainda nessa forma preserva a intenção de resguardar o pátio interno da rua com a edificação voltada para ela.

A constatação da autora ocorre no sentido de não atendimento do definido e a justificativa para o não cumprimento:

[...] os grupos deveriam ser construídos em uma área que tivesse pelo menos 3000 metros quadrados, mas, de acordo com a declaração do cartório de registro, em 1970, o grupo localizava-se em um terreno com apenas 2200 metros quadrados.
[...] as dimensões das salas de aula seriam, no mínimo, de 6 a 8 metros, respectivamente, para largura e comprimento. Todas as salas seriam retangulares, com os cantos arredondados e altura mínima de 4 metros do assoalho ao teto.

A autora apresenta de forma detalhada as especificações contidas no Decreto n. 10.640, e faz uma compatibilização com a construção, e do atendimento (ou não) dos quesitos elencados. O prédio foi tombado como Patrimônio Histórico da Cidade pela Lei Municipal n.

3.171, de 7 de dezembro de 2005. Representa não apenas uma estrutura física, mas todo um período que envolve aspectos arquitetônicos, sociais e educacionais.

No ano de 2018, a Unidade passou por uma reforma e foi alterada a cor da fachada, o que pode ser visto na Figura 3. É uma Unidade que oferta as etapas da Educação básica: ensino fundamental de 6º ao 9º ano e ensino médio, possuindo turmas nos três turnos matutino, vespertino e noturno. Em virtude de o prédio ter sido tombado como patrimônio histórico, a equipe gestora passou a estar sujeita às normas de preservação de patrimônio histórico. Isso significa, por exemplo, que, para toda e qualquer reforma, por força do que está previsto no Decreto Lei n. 25, de 1937, em seu Art. 17:

As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Isso pode até parecer simples, mas na prática a gestão padece com essas exigências e com a morosidade de decisões públicas para manter o prédio em bom estado de conservação e uso. De acordo com dados do Censo Escolar, no ano de 2010, o cotidiano escolar era composto por 953 alunos matriculados e já, no ano letivo de 2020, 1.146 alunos regularmente matriculados. A média dos últimos dez anos foi de 1.062 alunos.

Figura 3 – Fachada do Colégio Estadual Antensina Santana.



Fonte: Foto da autora (2019).

2.2 População e amostra

A pesquisa para dados primários ocorreu do mês de março a outubro de 2019. Os respondentes selecionados foram maiores de 18 anos de ambos os sexos que conhecessem o patrimônio histórico. Para aplicação de questionários foi efetuado o calculado a partir da fórmula de Barbetta (2002), levando em conta a média de 450 pessoas que trabalham e residem perto da escola. “O erro amostral se faz necessário ao trabalho com amostras” (CASTRO; CINTRA, 2017, p. 37), desta forma foi usado uma margem de erro de 10%, ou seja, 90% dos resultados são confiáveis.

A amostra consta de 100 respondentes e é calculada pela fórmula (1) de Barbetta (2002).

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2} = ; n = \frac{N * n_0}{N + n_0}$$

N é o tamanho da população local de 450 pessoas

n_0 é uma primeira aproximação do tamanho da amostra;

n é o tamanho da amostra; e

E_0 é o erro amostral tolerável para esta pesquisa, foi adotada uma margem de erro de 10%

O tamanho da amostra calculada foi de 100 entrevistados. O tipo de amostragem escolhida foi a casual, pois a população está geograficamente dispersa. Essa aleatoriedade, entretanto, se deu com atenção para estabelecer o diálogo com pessoas de diversidade cultural, religiosa, formação acadêmica e financeira.

2.3 Coleta de Dados

Os dados primários foram coletados por meio de interrogatório direto, utilizando-se questionário. O questionário aplicado possuía questões fechadas, divididas em três etapas, a primeira com questões socioeconômicas, a segunda com questões acerca do conhecimento sobre a escola, e a terceira etapa relacionada à valoração.

A forma de abordagem da DAP foi por meio de pergunta direta aberta. Nesse formato, apresenta-se ao indivíduo a pergunta: Quanto você estaria disposto a pagar pela preservação do patrimônio Colégio Estadual Antensina Santana? As questões abertas apresentam como dificuldades imaginar um valor justo, em se tratando de bens patrimoniais, porque não existe um parâmetro apropriado quanto no mercado e poderia resultar em valores muito discrepantes. “Se, alternativamente, for feita uma série de perguntas facilita a opinião dos indivíduos” (CASTRO e NOGUEIRA, 2019, p.46).

2.4 Pesquisa Piloto

Após as entrevistas piloto, num total de 15 questionários, percebeu-se que as questões necessitavam de alteração na redação, para possibilitar melhor compreensão do objeto pesquisado. Foram inseridas também questões sobre o tempo, seriam de contribuição e de quem iria gerir os recursos. Os questionários pilotos foram descartados.

2.5 Análise de dados

Os resultados são apresentados de forma descritiva.

A fórmula (2) foi utilizada para o cálculo do valor médio da DAP;

$$DAP_{OEM} = \sum_{i=1}^5 (DAP_{Mi} * ni / N)$$

DAP_{OEM} = Valor médio da disposição a pagar

ni = número de entrevistados de acordo com sua DAP_{Media}

N = número de pessoas entrevistadas na técnica

i = um dos 6 intervalos relativos às respostas quanto a DAP

3. RESULTADO E DISCUSSÕES

O público que respondeu as questões foi bem variado, constituído de comerciantes próximos ao imóvel, profissionais liberais, transeuntes, professores que atuam na escola, e alunos regularmente matriculados no Colégio. Houve uma tentativa de diversificar o público com o objetivo de obter informações diversas, mas o número de profissionais da educação foi preponderante (ver Tabela 1).

Tabela 1 – Gênero; Escolaridade e Faixa Salarial dos respondentes - Anápolis- 2019.

Gênero	Número	Percentual
Masculino	42	42
Feminino	58	58
Total	100	100
Escolaridade	Número	Percentual
Ensino Fundamental	1	1
Ensino Médio	26	26
Ensino Superior	18	18
Pós-graduação	46	46
Mestrado	5	5
Doutorado	1	1
Não informou	3	3
Total	100	100
Faixa salarial	Número	Percentual
Até ½ salário (R\$470,00)	1	1
De ½ salário até 1 salário (R\$471,00 – 950,00)	3	3
De 1 até 2 salários (R\$951,00– 1.9010,00)	10	10
De 2 até 3 salários (R\$ 1.901,00- 2.800,00)	7	7
Mais de 3 salários (R\$ 2.801,00)	58	58
Sem declaração	21	21
Total	100	100

Fonte: dos autores

A sistematização das respostas apresentadas foi inicialmente separada pelo sexo, pois houve uma predominância de respondentes do sexo feminino, na ordem de 16%, não houve intencionalidade neste quesito, foi ocorrência natural do processo, visto que ao serem indagados para que respondessem algumas questões, apenas uma pessoa das abordadas utilizou de ênfase para recusar responder as perguntas, outras seis pessoas se recusaram educadamente. Em virtude desta diferença, as demais questões foram apuradas e separadas pelo sexo, e isto possibilitou a apuração de questões interessantes, quanto à escolarização dos respondentes.

Na pesquisa não há analfabetos, entretanto, três pessoas preferiram não informar o nível de escolarização. Das pessoas respondentes do sexo masculino, uma delas informou que possui nível de escolaridade apenas até o ensino fundamental, e dezenove pessoas declararam terem estudado até o ensino médio. Das respondentes do sexo feminino, nenhuma é do nível fundamental, e sete declararam estarem no nível de ensino médio e, portanto, mais de 36% em relação ao sexo oposto.

O número correspondente à escolarização de nível superior foi o mesmo entre os respondentes: nove pessoas. Entretanto, o nível mestrado aparece apenas uma vez no sexo

masculino, e quatro no feminino. O nível doutorado aparece apenas em uma pessoa do sexo feminino e, diante disto, é possível afirmar que as pessoas do sexo feminino possuem formação acadêmica superior aos das pessoas do sexo masculino, e isso impacta diretamente no nível salarial delas. Isso pode ser afirmado porque, na pergunta de nível salarial, 37 pessoas do sexo feminino afirmaram receber mais de três salários, enquanto que apenas 21 do sexo masculino recebem essa quantia.

Na tabela 2 observa-se que 90% reconhece a importância do prédio como patrimônio histórico mas somente 39% se dispõe a pagar para preservá-lo. A amostra representa bem o momento político ao qual estamos vivenciando porque mesmo reconhecendo a importância de um ativo patrimonial acreditam que isso é função dos governantes porque já pagam muitos impostos. Acreditam que os valores destinados ao governo não estão sendo alocados adequadamente no município. A administração municipal acredita que os valores são escassos e que deveriam ser alocados a outros tipos de necessidades como saúde e educação básica, não percebendo a necessidade de preservação patrimonial e ambiental.

Tabela 2 – Importância do Prédio; Disposição a pagar pela manutenção do Patrimônio; Forma de pagamento – Anápolis – 2019.

Importância do prédio	Número	Percentual
Sim	90	90
Não	5	5
Não respondeu	5	5
Total	100	100
Disposição em pagar	Número	Percentual
Sim	39	39
Não	61	61
Total	100	100
Forma de pagamento	Número	Percentual
Boleto bancário	13	33,33
Débito em conta	15	38,46
Conta de água	3	7,69
Conta de luz	8	20,51
Conta do telefone	0	0
Total	39	100

Fonte: dos autores.

Dos entrevistados, 39% se dispuseram a pagar. Uma quantidade considerada baixa para esse método. Um dos motivos para essa ocorrência foi a pergunta direta (*open-ended*). E os sujeitos participantes da pesquisa podem não ter entendido a importância do patrimônio para a coletividade. Talvez o cenário hipotético desenhado não tenha atingido seu objetivo.

A forma de pagamento mais utilizada forma débito em conta (38,46%) e boleto bancário (33,33%). Contas como água luz e telefone foram pouco escolhidas por serem essenciais e um aumento poderia inviabilizar seu pagamento, porque uma vez não pago, poderia ser cortado seu uso. O que não ocorreria no pagamento destinado a conservação do patrimônio. O período de pagamento acordado foi de 12 prestações. E que os gestores do colégio administrassem as contas para manutenção do prédio.

A média da DAP dos respondentes do sexo feminino foi de R\$ 19,00, e a do sexo masculino R\$ 14,25. Portanto, perfaz uma média total R\$12,13.

O Valor de uso da escola pode ser calculado da seguinte forma:

O valor médio da DAP é de R\$ 12,13 por mês por pessoa

Valor ao ano será R\$ 12,13 x 12 = 145,44 ao ano por pessoa

Valor médio da DAP em relação ao número de alunos ao ano R\$145,44 x 1.062 alunos por ano = R\$ 154.457,28

Valor de uso total da escola em 94 anos = R\$ 147.476,16 x 94 = R\$14.518.984,32

Considerando a população de 334.613 pessoas e que, deste total, o percentual da população economicamente ativa é de 69,1%, que perfaz o número de habitantes de 231.217; e por fim, que apenas 39,1% dessas pessoas se dispuseram a pagar, o valor mensal seria de R\$ 1.096.624,78 por mês, e de R\$ 13.159.497,36 em um ano. Assim, o valor de existência do patrimônio Colégio Estadual Antensina Santana seria R\$13.159.497,36 x 94 anos, portanto, R\$ 1.303.099.350,00.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O valor definido depois de aplicado os cálculos resultou em uma quantia significativa pelo patrimônio histórico. Se, hipoteticamente, houvesse uma contribuição da comunidade para a manutenção do prédio, entende-se que o dinheiro *a priori* deveria ser aplicado de acordo com um projeto da Secretaria Municipal de Cultura, aprovado pela comunidade e obrigatoriamente sob a administração e gasto de Conselho Comunitário constituído para este fim. A participação

de representantes dos diversos segmentos da sociedade poderia ser obrigatória neste conselho, que deveria apresentar, no mínimo, as seguintes configurações:

- Conselheiros - eleitos pela comunidade e ela deve ser definida como se constitui;
- Diretoria - um total de três pessoas, com a seguinte distribuição: presidente, vice-presidente e secretário (para ocupar essas funções, as pessoas devem estar também na categoria de Conselheiros);
- Execução Financeira - um total de três pessoas, sendo: um conselheiro, eleito em assembleia geral, um membro da comunidade, indicado pelos conselheiros e um totalmente fora do grupo de conselheiros e comunidade, conforme a definição estabelecida de comunidade. Essas pessoas serão responsáveis pela movimentação da conta bancária, conjunta não solidária, isto é, com duas assinaturas para emitir os cheques;
- Conselho Fiscal – eleito em assembleia geral, constituído de três membros e três suplentes, que não podem ser conselheiros, pois o papel deles é fiscalizar a atuação dos conselheiros e a implementação de projetos aprovados e o respectivo gasto dos recursos.

A configuração mínima apresentada acima tem a pretensão de tentar garantir que a aplicação dos recursos e o acompanhamento por parte de uma comissão fiscal evite os gastos irresponsáveis aos quais estamos constantemente expostos pelos que se propõem a gerir os recursos públicos. É necessário também enfatizar a importância do cumprimento de todas as leis de responsabilidade fiscal e de gestão de recursos públicos como uma forma de minimizar toda e qualquer ingerência ou desvio do objetivo do valor arrecadado para a manutenção do Patrimônio.

O presente trabalho apresentou o resultado da pesquisa aplicada, os cálculos propostos no MVC e da DAP para estipulação do valor. A expectativa é que os resultados possam servir para uma reflexão a respeito do que uma parcela da população declarou e apresentou como disposição para com o prédio do “Colégio Estadual Antensina Santana”, e também para possíveis ações públicas para com o patrimônio histórico.

Bibliografia

ABREU, S. E. A.; SOUTO, D. A. **O grupo escolar Antensina Santana**: criação, denominação e a arquitetura escolar. Revista Linhas. Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 49 – 84, jan./abr. 2015. Disponível: <http://dx.doi.org/10.5965/1984723816302015049> Acesso em: 30 jul 2019.

ANÁPOLIS (GO). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/anapolis_go Acesso em: 05 jul 2019.

ANÁPOLIS (Município). Lei nº 151 de 1923. Cria o grupo escolar.

ANÁPOLIS (Município). Lei nº 3171, de 07 de dezembro de 2005. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/go/a/anapolis/lei-ordinaria/2005/318/3171/lei-ordinaria-n-3171-2005>. Acesso em: 08 maio 2020.

ANDRADE, R. B. Introdução ao Método da Valoração Contingente: Teoria, Potencialidades e Limitações. *In: Congresso PET-Economia*. Universidade de Brasília, 2011. Disponível em: <https://petecounb.files.wordpress.com/2011/05/valorac3a7c3a3o-contingente.pdf>. Acesso em: 08 maio 2020.

BARBETTA, P. A. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. 5 ed. Florianópolis: UFSC, 2002.

BRASIL (1937). Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. [Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional]. Disponível em: <https://bit.ly/2QklrMd> >. Acesso em: 05 jul 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 01 jul 2019.

CASTRO, J. D. B; CINTRA. L. D. Análise ambiental do Parque Urbano Ipiranga em Anápolis/GO pelo método de preços hedônicos. **Revista de Economia**. Universidade Estadual de Goiás, 2017 Disponível em: revista.ueg.br/index.php/economia/article/view/6659. Acesso em: 08 maio 2020.

CASTRO, J. D. B; NOGUEIRA, J.M. **Valoração Econômica do Meio Ambiente Teoria e Prática**. ed. Curitiba: CRV, 2019.

CENTENO, A. R. Fundamentos teóricos da economia da cultura. *In: VI Seminário Discente PPGS-UFRGS* 2017, (p. 232-241). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/contraponto/article/view/78923>. Acesso em: 19 abr 2019.

BRITO, Claudius. DAIA 40 ANOS: Distrito é um dos principais marcos da industrialização de Goiás. **Jornal Contexto**, Anápolis, 10-11-2016. Disponível:

<http://www.portocentrooeste.com.br/pt-br/artigos/328->

DAIA%2040%20ANOS:%20Distrito%20%C3%A9%20um%20dos%20principais%20marcos%20da%20industrializa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Goi%C3%A1s Acesso em: 05 jul 2019.

FONSECA, S. M. S. R. **Valoração e procura de patrimônio cultural: o museu de Lamego**. 2008. 115f. Dissertação (Mestrado em Economia das Organizações) - Programa de Mestrado em Economia das Organizações da Universidade de Trás -os-Montes e Alto Douro. Portugal, Vila Real. 2008. Disponível: <https://core.ac.uk/download/pdf/70643487.pdf> Acesso em: 01 jul 2019.

GOYAZ. (Estado). Decreto n.º 10.640 de 10 de fevereiro de 1930. Regulamento do ensino primário do Estado de Goyaz. **Documentos de história da educação de Goiás**. Goiânia: REHEG, 2012. Disponível em: <https://acervo.fe.ufg.br/index.php/regulamentos-de-1930> Acesso em: 08 maio 2020.

GOYAZ (Estado). Lei 631, de 02 de agosto de 1918. Organização do Ensino Primário. Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1918/lei_631.pdf Acesso em: 08 maio 2020.

GOYAZ (Estado). Lei 811, de 15 de dezembro de 1887. Elege a categoria de villa a freguesia de S. Anna das Antas. Disponível em: <https://www.casacivil.go.gov.br/sobre-goias/criacao-dos-municipios.html>. Acesso em: 08 maio 2020.

GOYAZ (Estado). Lei nº 320, de 31 de julho de 1907. Eleva à categoria de Cidade, com o nome de Anápolis. Disponível: <https://www.casacivil.go.gov.br/sobre-goias/criacao-dos-municipios.html>. Acesso em: 08 maio 2020.

HAAB, T.C.; MCCONNELL, K. E. **Valuing Environmental and Natural Resources**. Edward Elgar Cheltenham, UK. Northampton, MA, USA, 2002.

HISTÓRIA da Cidade. **Portal da Prefeitura Municipal de Anápolis**. Disponível em: <http://www.anapolis.go.gov.br/portal/anapolis/historia-da-cidade>. Acesso em: 01 jul 2019.

MATHIEU, Catherine Marie. **Do musgo à pedra: métodos de valoração contingente aplicados ao patrimônio histórico**. 2000. 165p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285596>>. Acesso em: 20 abr 2020.

PATRIMÔNIO histórico. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em: 01 jul 2019.

RAMOS, E. R. História de Anápolis – o começo. **Anais da Semana de Iniciação Científica da Faculdade Católica de Goiás**. Anápolis. Vol. III, 2013. Disponível em: http://catolicadeanapolis.edu.br/anaissic/?page_id=49. Acesso em: 01 jul 2019.

Artigo recebido em 25/03/2020

Aprovado em 05/03/2021

Como citar esse artigo:

CASTRO, Joana D'arc Bardella; OLIVEIRA, Dalvani Alves de. Valoração Contingente do Patrimônio Histórico da Cidade de Anápolis goiás “Colégio Estadual Antensina Santana”. **Revista de Economia da UEG**. Vol. 16, N.º 2, jul/dez. 2020.